



Disciplina: FSL0644
Sociologia do Desenvolvimento –
“A invenção do Terceiro Mundo”.

Prof. Alvaro A Comin
alvcomin@usp.br

Aula 9. Estado e industrialização na América Latina.

Aula 9. Estado e industrialização na América Latina.

- *Schneider, Ben Ross (2013) “O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas”. Rio de Janeiro, IPEA, *Texto para Discussão - 1871*.
- Amsden, A. (2001) A Ascensão do "Resto". Os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia [Cap. 6 (pp. 125-160)]
- Schneider, Ben Ross “The *Desarrollista*-State in Brazil and Mexico”. In: Woo-Cumings, M. (Org.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999. [Cap. 9, p. 276-305].

Bibliografia Adicional

- Peter Evans (1982) *A Tríplice Aliança. As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. RJ, Zahar.
- Furtado, Celso (1981) “Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica”. *Revista de Economia Política*, Vol. 1, nº 11. (Janeiro-março)
- Felipe Marineli *O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2017.
- Pedro Ferreira de Souza and Marcelo Medeiros and Fabio A. Castro, (2015) "Top incomes in Brazil: preliminary results", *Economics Bulletin*, Volume 35, Issue 2, pages 998-1004.

Industrialização e Mudanças na Estrutura Social

- O Estado-Desenvolvimentista e a industrialização brasileira: antes e depois do “Milagre”;
- Impactos da liberalização sobre a estrutura do emprego e sobre a desigualdade;
- Neo-desenvolvimentismo ou neo-liberalismo?

Desenvolvimento Nacional

- (...) "desenvolvimento" não é apenas uma trajetória local de transformação. É também definido pela relação entre a capacidade produtiva local e uma reordenação global de setores industriais. Os países que preenchem os nichos setoriais mais dinâmicos e lucrativos são os "desenvolvidos". Ser relegado a nichos menos recompensadores ou manter vínculos menos desejáveis de uma cadeia produtiva reduz a perspectiva de mudança progressiva. Como a divisão internacional de trabalho é hierárquica, preocupar-se com o desenvolvimento requer uma preocupação com o seu lugar na hierarquia. (Peter Evans, 2004, p.33)

O Estado Desenvolvimentista e a busca pelo emparelhamento (*catch-up*)

- Em termos de objetivos ou de ambição, o que diferencia os Estados desenvolvimentistas de outros Estados – já que quase todos procuram promover o crescimento – é que os Estados desenvolvimentistas são projetados para mudar rapidamente e de forma permanente o *ranking* global de um país (Schneider, 2013, p. 11).

Industrialização Substitutiva

- “A industrialização de substituição de importações foi, sem lugar a dúvida, um processo reativo: tratou-se de encher um vazio. Uma demanda que florescera no quadro da economia primário-exportadora deu sentido e direção às transformações operadas no sistema”. (p. 41)
- “Mas não nos equivoquemos com respeito à natureza desse processo de reversão ao mercado interno, pois ele ocorria em economias destituídas de qualquer autonomia tecnológica. A diversificação dos sistemas produtivos, ao guiar-se pela demanda dos bens finais de consumo, fazia ainda mais premente a necessidade de tecnologia e equipamentos importados”.(Furtado, 1981; p. 41)

O problema da distribuição da renda

- Distribuir renda para estimular a demanda (fortalecimento do mercado doméstico);
- Concentrar renda para estimular a oferta (fortalecer os investimentos);



Autor: Pedro
Ferreira de Souza

Mudanças na estrutura produtiva: diversificação, complexificação e aprofundamento.

- **Indústrias tradicionais:** têxtil, vestuário, madeira, borracha, vidros e cerâmicas, calçados, alimentos etc.;
- **Indústrias de base:** extração/refino/processamento de metais e combustíveis fósseis;
- **Indústrias Modernas:** Metalmeccânica, eletroeletrônica e linha branca, química, farmacêutica, material de transporte;
- **Infraestrutura:** geração e distribuição de energia e telecomunicações, construção de estradas, ferrovias, aeroportos etc.;
- **Indústrias de Bens de Capital.**

Política industrial

A partir dos anos 40:

- Licenças de importação (proteção ao produto 'nacional');
- Tarifas e quotas de importação;
- Conteúdo nacional;
- Câmbio discricionário;
- Bancos de desenvolvimento (crédito de longo prazo, subsídios, projetos especiais);
- Participação estatal direta (especialmente indústrias de base e infraestrutura);
- Atração de investimentos estrangeiros (empresas multinacionais).

Table 2.1. *Composition of net domestic product and average annual growth of real product, by sector, 1949-78 (in %)*

	Agriculture	Industry	Services	Total
<i>Composition of NDP</i>				
1949	26.0	26.0	48.0	100.0
1959	19.2	32.6	48.2	100.0
1962	16.5	31.8	51.7	100.0
1967	12.8	32.5	54.7	100.0
1973	11.0	38.1	50.9	100.0
1977	12.2	37.0	50.8	100.0
<i>Growth of real product</i>				
1947-62	4.65	9.36	6.89	6.93
1962-67	3.57	2.91	3.54	3.41
1967-73	4.68	13.21	11.34	11.46
1973-78	4.71	7.77	6.88	7.00

Source: National Accounts.

Crescimento e
Mudança
estrutural

Fonte: Samuel A. Morley *Labor markets and inequitable growth The case of authoritarian capitalism in Brazil*, Cambridge UP, 1982 (Cap. 1)

Estrutura da ocupação

Table 2.2. Shares of employment and growth in employment by sector, 1950-73 (in %)

	Agriculture	Industry	Services	Total
<i>Shares of employment</i>				
1950	59.9	13.7	26.4	100.0
1960	53.7	13.1	33.2	100.0
1968	43.4	18.2	38.4	100.0
1970	44.3	17.9	37.8	100.0
1973	40.2	19.5	40.3	100.0
<i>Growth in employment</i>				
1950-60	1.7	2.3	5.2	2.84
1960-70	.7	6.0	4.0	2.70
1968-73	1.6	4.6	4.1	3.14

Note: Household survey data are employment only, for the five regions:

Fonte: Samuel A. Morley *Labor markets and inequitable growth The case of authoritarian capitalism in Brazil*, Cambridge UP, 1982 (Cap. 1)

Quadro 4 - Concentração industrial no estado de São Paulo em setores selecionados, 1963		
Ramos de atividade	Número de empresas	Parcela da produção que cabe às três maiores empresas (%)
Estruturas metálicas	8	78
Ferramentas agrícolas	9	97
Arados	17	76
Motores elétricos	9	86
Geladeiras	8	91
Máquina de lavar	6	82
Balanças	19	74
Elevadores	6	99

Fonte: Tavares, 1976.

TAVARES, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Desenvolvimento dependente

Portanto, a diferença era considerável ' com respeito às economias que, na segunda metade do século dezanove, escaparam ao poder gravitacional da Inglaterra para transformar-se em sistemas nacionais autônomos. Neste último caso, a diversificação das atividades econômicas significou verticalização da estrutura produtiva, vale dizer, desenvolver as indústrias de base e de equipamentos e ganhar autonomia tecnológica em setores relevantes. A composição do comércio exterior refletia essa evolução: aumentavam as exportações de produtos mais elaborados e nas importações ganhavam importância os produtos primários ou de baixo grau de elaboração. No caso da industrialização de substituição de importações, a evolução do comércio exterior era praticamente inversa: a diversificação do sistema produtivo pouco ou nenhum efeito tinha sobre a composição das exportações, que continuavam a girar em torno de uns poucos produtos primários, e afetavam as importações fazendo-as mais sofisticadas. (Furtado, 1981, p. 42)

Exportar é o que importa

A partir dos anos 60/70:

- Esforço exportador
 - Subsídios e
 - Licenças de importação para componentes de produtos de exportação.
 - Zonas Especiais de Exportação
- Aprofundamento industrial (setor de BK)
- Preenchimento de cadeias produtivas
- Expansão do setor estatal (Brasil)

Gary Gereffi Recasting Development Theory
In Latin America And East Asia. Social Sciences
Research Centre Occasional Paper 6, 1992)

Chong-Sup Kim and Seungho Lee: Different Paths of
Deindustrialization: Latin American and Southeast
Asian Countries from a Comparative Perspective
Journal of International and Area Studies, Vol. 21,
No. 2 (Dec 2014), pp. 65-81.

Delfim Neto: da teoria à prática

O processo de desenvolvimento: enfoque estruturalista

- “No processo de desenvolvimento econômico, os aumentos da renda “per capita” são simples reflexos de uma realidade mais profunda, que é o **aumento e diversificação da capacidade produtiva**. O processo de desenvolvimento é, assim, um fenômeno não apenas quantitativo, mas também qualitativo, **que ao se realizar cria as condições necessárias à sua perpetuação, através da geração de um excedente de produção e das modificações estruturais** necessárias para ampliar o mercado e incorporar o excedente no aumento da capacidade produtiva da sociedade” (Delfim Netto, 1962, p. 127, *apud*. Marineli, 2017, p. 138).

Desenvolvimento econômico, conflito político e distribuição de renda.

A força propulsora desse desenvolvimento está longe de ser apenas o empresário, como na interpretação schumpeteriana. Na maior parte dos países subdesenvolvidos, o processo de desenvolvimento parece ser, atualmente, **um processo social, nacional e nacionalista**. Em maior ou menor grau **o Governo é o seu agente mais conspícuo e ativo** e na maior parte dos casos, o Governo é, também, o porta-voz de **reivindicações [sic] populares**, intensamente sentidas. Atrás dessas reivindicações [sic] encontra-se um desejo generalizado de padrões de vida mais elevados. As implicações desse tipo de desenvolvimento são fáceis de entender. **Ele influi no pequeno volume de poupanças, na incapacidade do mecanismo de mercado em alocar convenientemente os recursos, na conseqüente maior importância do poder político, na velocidade com que o desenvolvimento se processa e, por último, na tendência secular à inflação.** (Delfim Netto et. al., 1965, p.11.; apud Marineli, 2017, p.144)

Reforma agrária

Dêse ponto de vista **não há como defender indiscriminadamente o direito de propriedade**. Aquele que vive apenas da renda de seus capitais, não contribuindo pessoalmente de nenhuma forma para a solução do problema mais amplo, que é o do estabelecimento de formas de convivência social mais adequadas à realização do homem, não tem porque exigir o respeito à sua propriedade. Nêste caso, em lugar de ser um instrumento socialmente útil, a propriedade passa, de fato, a ser um privilégio. **A sociedade precisa defender-se contra a criação de tais privilégios, forçando o uso correto da propriedade, sem eliminar o instrumento, pela sua utilidade.** (Delfim Neto, 1965, p.62; Marineli, 2017, p.176).

Reforma agrária

- O aspecto mais grave de todo êsse sistema, do ponto de vista social, reside na circunstância de que o proprietário tem que manobrar permanentemente para impedir que os arrendatários e parceiros realizem investimentos na forma de benfeitorias ou na forma de culturas perenes, que criarão a oportunidade para reivindicações futuras de indenização. Chegamos, assim, a **uma forma socialmente absurda de ocupação do sólo, em que o proprietário vive de rendas, não tem qualquer interêsse direto em melhorar a produtividade do setor (porque normalmente uma parcela insignificante de seus rendimentos provêm da agricultura) e estimula formas de exploração puramente predatórias do sólo** (Delfim Neto, 1965, p.62; Marineli, 2017, p.177).

Reforma agrária

Seria completamente ilusório, entretanto, reduzir o problema a uma distribuição de terras, pois é sabido que sem substanciais investimentos preliminares em educação e outros “inputs” não-convencionais (pesquisas genéticas, agronômicas etc.), os novos proprietários não terão condições para cumprir a sua missão, e, ou terão de ser absorvidos em “fazendas governamentais”, constituídas pela agregação das propriedades fracassadas, ou regredirão a uma agricultura ainda mais primitiva. **A reforma agrária para atingir o seu objetivo (que não pode ser outro que não o enquadramento do setor agrícola dentro do processo de desenvolvimento econômico acelerado)**, há de ser, portanto, regional e paulatina, feita com cuidado e dentro dos limites definidos pelos investimentos preliminares. (Delfim Neto, 1962, p.129; Marineli, 2017, p.177).

A “Teoria do Bolo”

“Em uma economia que apresenta alta concentração na distribuição dos rendimentos, é possível a reserva de recursos ponderáveis para o investimento, desde que haja substancial diferença na propensão média a consumir da classe minoritária detentora do excedente econômico, em relação ao restante da população. Se bem que isto possa ser considerado desejável em etapas iniciais de desenvolvimento, **é claro que tal situação não pode persistir por muito tempo, uma vez que o próprio processo cria, na massa consumidora, expectativas de melhoria dos padrões de vida dificilmente comprimíveis dentro de um regime político aberto.** (Delfim Netto, 1965, p. 6, apud Martineli)”

Inflação e democracia

É claro que o processo inflacionário não se comportaria exatamente dessa maneira, pois que sendo as classes sociais atingidas desigualmente pelos aumentos de preços, em breve elas se organizariam (*a não ser que estivessem sob coação política*) para defender a sua participação no produto. Nessas circunstâncias, a inflação começaria a auto alimentar-se e a adquirir aceleração.(pg. 67)

Planejamento

- “Devido exatamente à necessidade de atendimento de tôdas essas condições e às contradições entre os critérios de racionalidade de curto e longo prazo, no que se refere aos investimentos, é que **o planejamento se apresenta como o instrumento adequado para a consecução do desenvolvimento econômico**”. (Delfim Neto, 1962, p.129; Marineli, 2017, p.140)

O Estado-Empresário

A expansão do Estado e o “Milagre Econômico”

Table 3.1. *Distribution of federal public firms by date of creation and economic sector*

Sector	Before 1939	1940–9	1950–9	1960–9	1970–5	1976–80	Total
Mining and manufacturing	2	5	4	14	24	16	65
Transport and communication	4	1	3	8	19	5	40
Electricity	11	1	5	3	6	0	26
Finance	3	2	3	5	11	7	31
Other	46	1	—	9	28	5	89
Total	66	10	15	39	88	33	251

160

Source: Pre-1970: Centro de Estudos Fiscais, “Atividade empresarial dos governos federal e estadual,” *Conjuntura Econômica*, 27 (June 1973):80, Table IV; *Visão, Quem é quem na economia brasileira*, 1980; Margareth Hanson Costa, “A discutida ampliação da intervenção estatal,” *Conjuntura Econômica* 33 (December 1979):92. Post-1970: SEST, *Empresas estatais no Brasil e o controle da SEST: antecedentes e experiência de 1980* (Brasília, 1981), Annex 20, pp. 94–120.

A Petrobrás e o complexo Petroquímico brasileiro

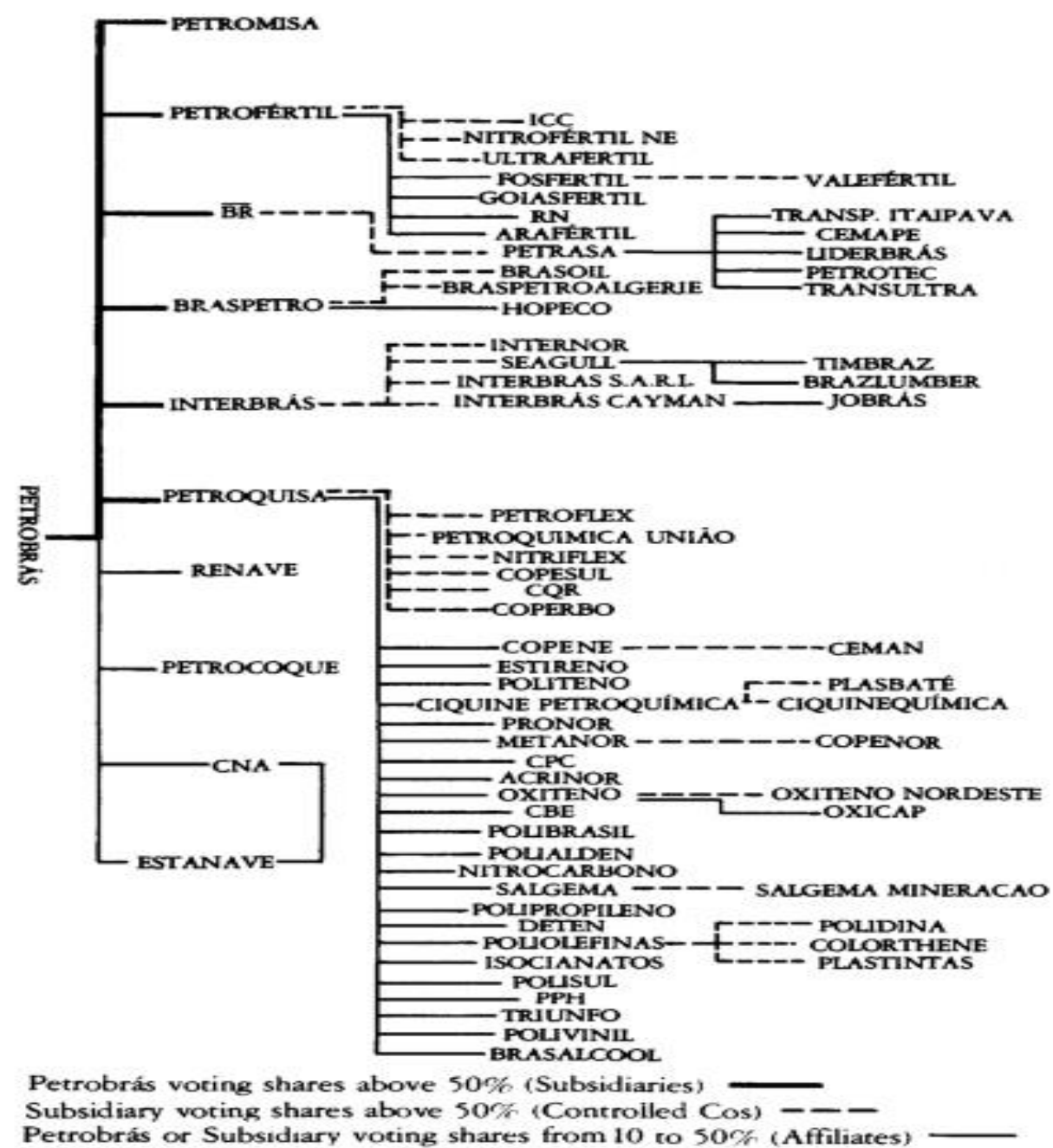


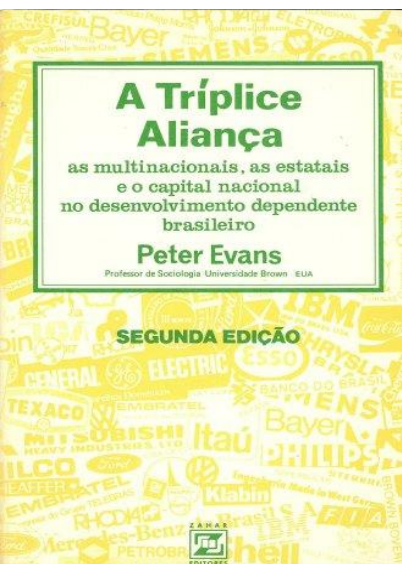
Figure 3.1. PETROBRÁS system in 1980.

A Companhia Vale do Rio do Doce e o complexo Siderúrgico brasileiro



Figure 3.2. CVRD's main subsidiaries and affiliated companies, 1976.
(Source: CVRD Annual Report, 1976.)

A Tríplice Aliança



Peter Evans (1982)
A Tríplice Aliança.
As multinacionais, as
estatais e o capital
nacional no
desenvolvimento
dependente brasileiro.
RJ, Zahar.



O tripé desenvolvimentista.

- Indústrias tradicionais: têxtil, vestuário, madeira, borracha, vidros e cerâmicas, calçados, alimentos etc. (principalmente Capital Nacional);
- Indústrias de base: extração/refino/processamento de metais e combustíveis fósseis (principalmente Capital Estatal);
- Indústrias Modernas: metal-mecânica, eletrônica e linha branca, química, farmacêutica, material de transporte (Capital Multinacional e Nacional);
- Infra-estrutura: geração e distribuição de energia e telecomunicações, construção de estradas, ferrovias, aeroportos etc. (principalmente Capital Estatal);
- Indústrias de Bens de Capital (Capital Multinacional e Nacional)

“Campeãs Nacionais”: velhas conhecidas

TABLE 8-2. FDC-CPII Ranking of the Top Twenty Brazilian Multinationals, Key Variables, 2006

<i>Rank in foreign assets</i>	<i>Rank in transnationality index^a</i>	<i>Name</i>	<i>Sector</i>	<i>Foreign assets / total assets (percent)</i>	<i>Foreign sales / total sales (percent)</i>	<i>Foreign employment / total employment (percent)</i>	<i>Rank in transnationality index (percent)^a</i>	<i>Number of host countries</i>
1	2	CVRD	Mining	46	18	24	29	10
2	18	Petrobrás	Oil and gas	12	12	11	12	9
3	1	Gerdau	Steel	39	54	46	46	11
4	6	Embraer	Aviation	45	12	13	23	5
5	24	Grupo Votorantim	Diversified	5	9	4	6	12
6	13	CSN	Steel	18	28	3	16	2
7	9	Camargo Corrêa	Diversified	26	13	18	19	12
8	5	Grupo Odebrecht	Construction and petrochemicals	15	20	47	27	12
9	23	Aracruz	Pulp and paper	19	N.A.	1	7	5
10	7	WEG	Electromechanical	24	30	11	22	12
11	4	Marcopolo	Bus manufacturing	30	30	22	27	7
12	11	Andrade Guterrez	Diversified	4	7	41	17	8
13	8	Tigre	Construction	27	17	17	20	7
14	31	Usiminas	Steel	1	N.A.	N.A.	0.3	0
15	17	Natura	Cosmetics	22	3	15	14	7
16	15	Itautec	Information technology	19	20	6	15	8
17	19	America Latina Logistica SA	Logistics	2	11	23	12	1
18	26	Ultrapar/Grupo Ultra	Diversified	2	2	3	2	2
19	3	Sabó	Auto parts	16	43	27	29	11
20	22	Lupatech	Electromechanical	10	4	7	7	2

Source: FDC-CPII survey of Brazilian multinationals; see FDC/Columbia University Program on International Investment (2007).

Note: N.A. = not available.

a. The “transnationality index” is a composite average of foreign assets to total assets, foreign sales to total sales, and foreign employment to total employment.

Comentário sobre as avaliações

Primeira Avaliação: Notas

- < 5,0 – Insuficiente: não trata do tópico proposto, não utiliza a bibliografia proposta, redação incompreensível, muito abaixo do n. mínimo de palavras.
- 5,0 a 6,5 – Razoável: sinopses pouco aprofundadas dos textos; argumentação pouco clara, descontínua ou incoerente; redação truncada ou confusa; ausência de uma questão ou linha de argumentação que organize o texto;
- 7,5 a 8,5 – Bom e Muito Bom: predominantemente resenha, com boa organização do texto e argumentos bem encadeados; organizado a partir de questões que organizam a argumentação; divisão em seções; acréscimo de referências bibliográficas; acréscimo de exemplos e casos; redação fluente.
- 9,0 a 10,0 – Excelente: Aplica as ideias da literatura para a discussão de um caso ou problema formulado de modo original, demonstra compreensão abrangente dos textos e das polêmicas envolvidas; acréscimo de referências bibliográficas e/ou fontes não acadêmicas; redação clara e fluente; uso de mapas ou gráficos relevantes; conclusões originais ou que desdobram a discussão em novos problemas.

Detalhes que importam:

- Introdução, conclusão, divisão em seções e subseções, título: quando e como usar?
- Referências bibliográficas e notas de rodapé;
- Citações e remissões;
- Revisão ortográfica e de estilo;

Ensaio?

- Parte de um problema, uma polêmica, uma ideia ou proposição, uma premissa teórica, uma hipótese, do senso comum;
- examina argumentos e evidências;
- elabora novos argumentos e/ou corrobora algum dos existentes;
- conclui (mesmo que inconclusivamente).

E o leitor?

Substituir o Estado pelo capital internacional no financiamento do desenvolvimento:

- Abertura comercial e financeira (liberalização da conta de capitais);
- Privatizações;
- Reestruturação das empresas nacionais (Fusões e Aquisições com/por empresas estrangeiras);
- Encolhimento dos bancos públicos.
- Tripé da estabilidade: câmbio flutuante, metas de inflação, superávit primário.

Novo-Desenvolvimentismo? Distribuição por consumo

- Manutenção do tripé-macroeconômico;
- Recuperação do papel dos bancos públicos;
- Fortalecimento das estatais;
- Fortalecimento dos conglomerados nacionais;
- Políticas de P&D;
- Políticas de estímulo ao consumo (Crédito ao consumo);
- Políticas de renda via mercado de trabalho (salário mínimo e formalização do emprego) e via políticas sociais (Aposentadorias, Bolsa Família, Pensões etc.);

O fim da era do crescimento acelerado?

Taxa média anual de variação do PIB (%)
Fonte: IPEADATA (PIB a preços de 2013, em R\$)

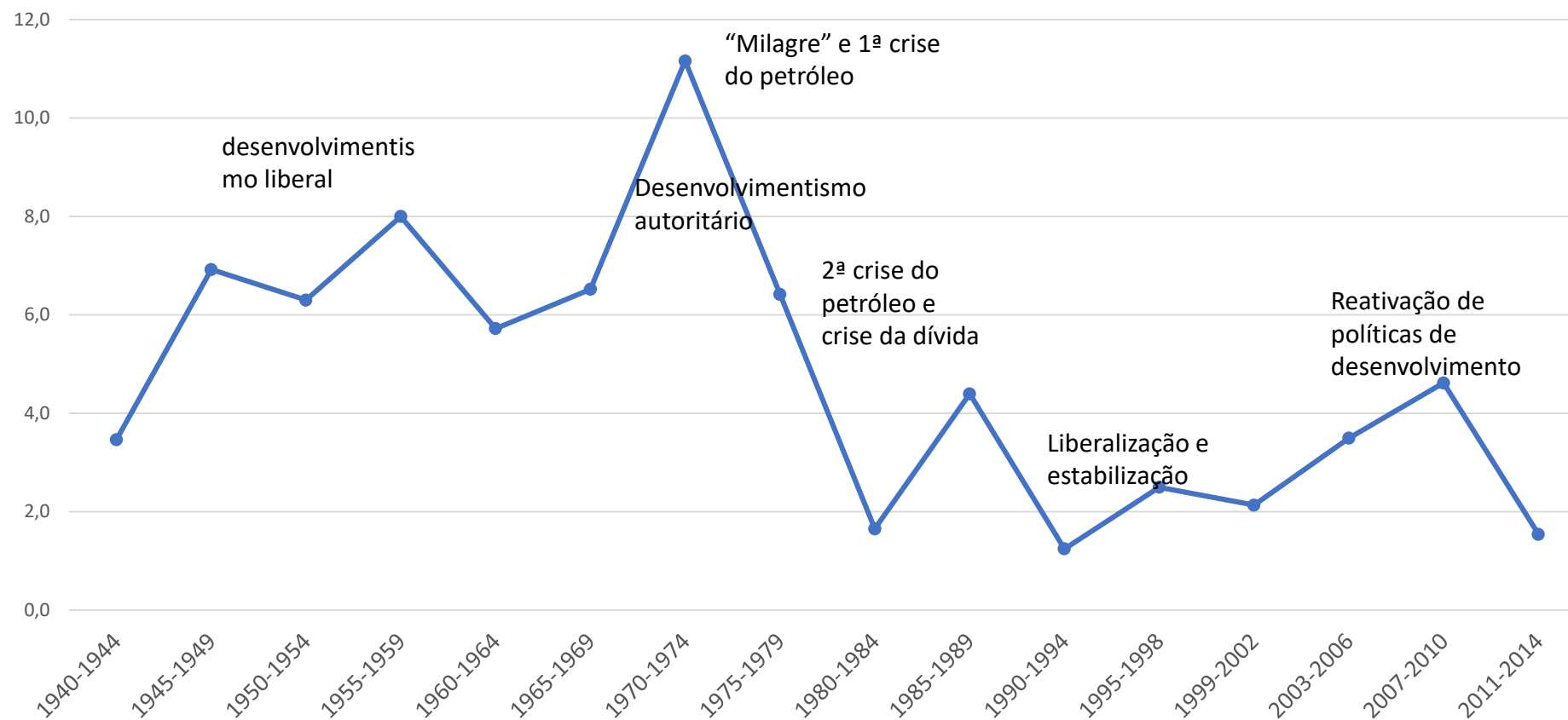
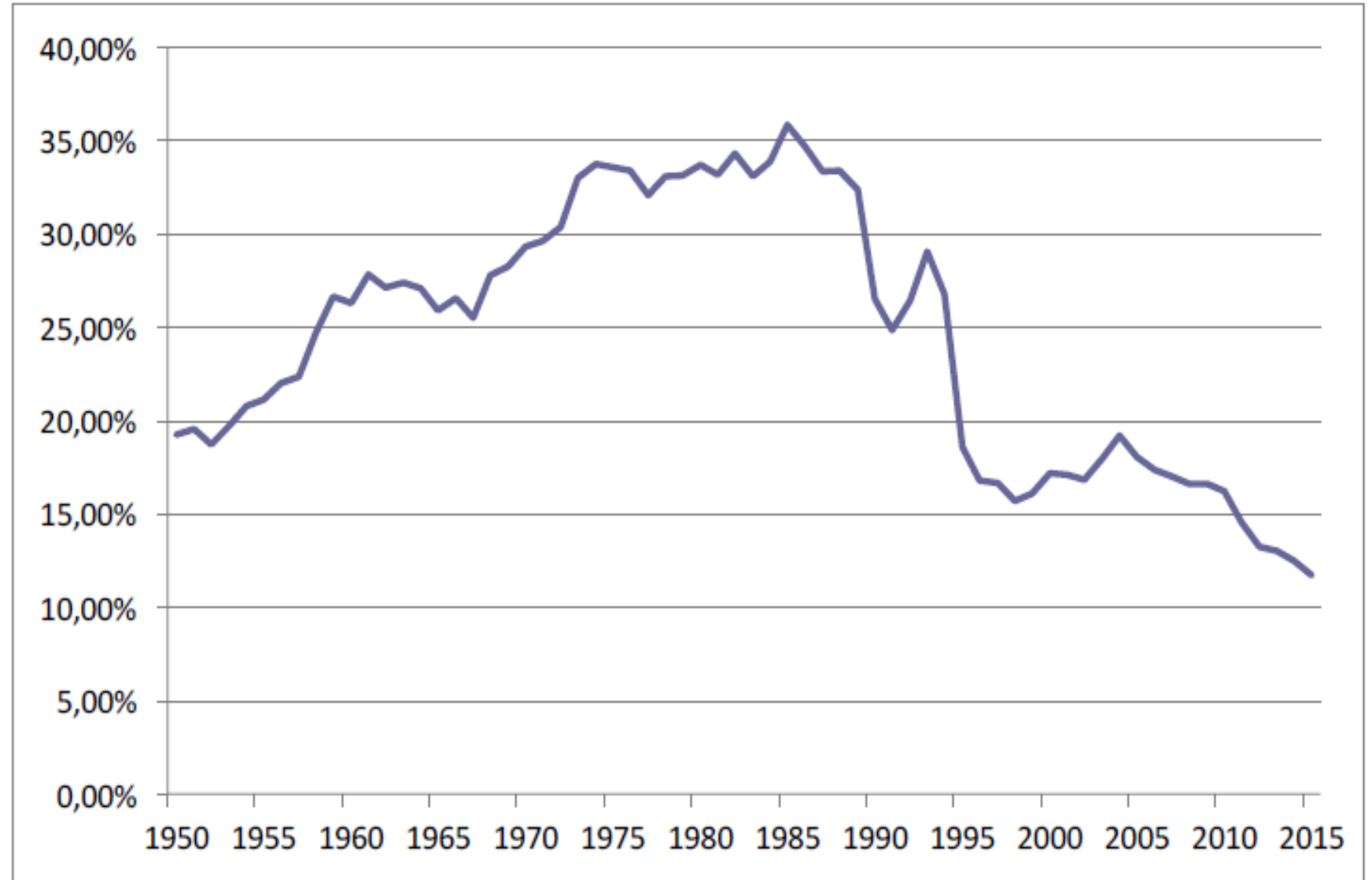


Figure 2: Share of the manufacturing industry in GDP (1947-2015)

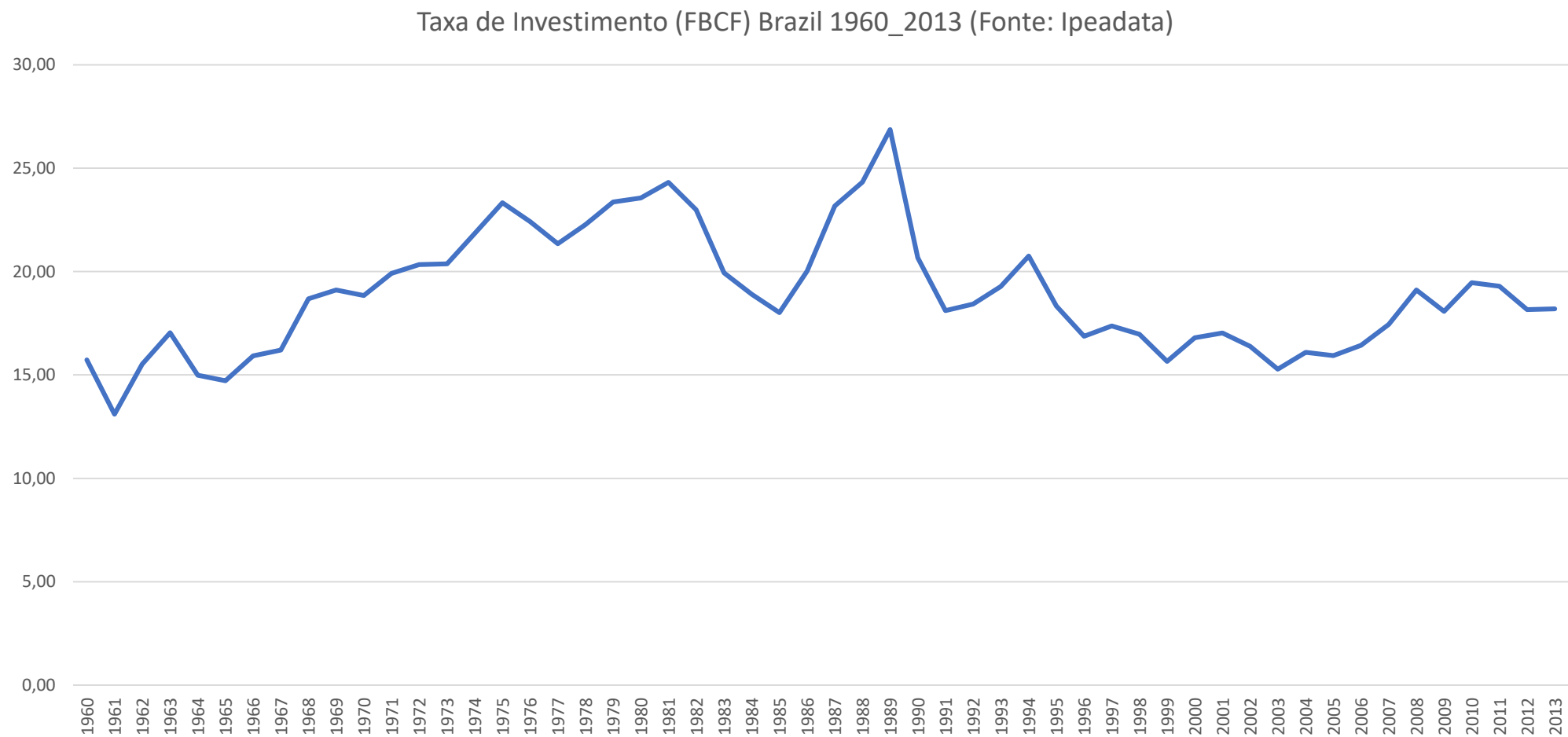


Source: IBGE.

Mudanças na
estrutura produtiva:
Industrialização e
desindustrialização

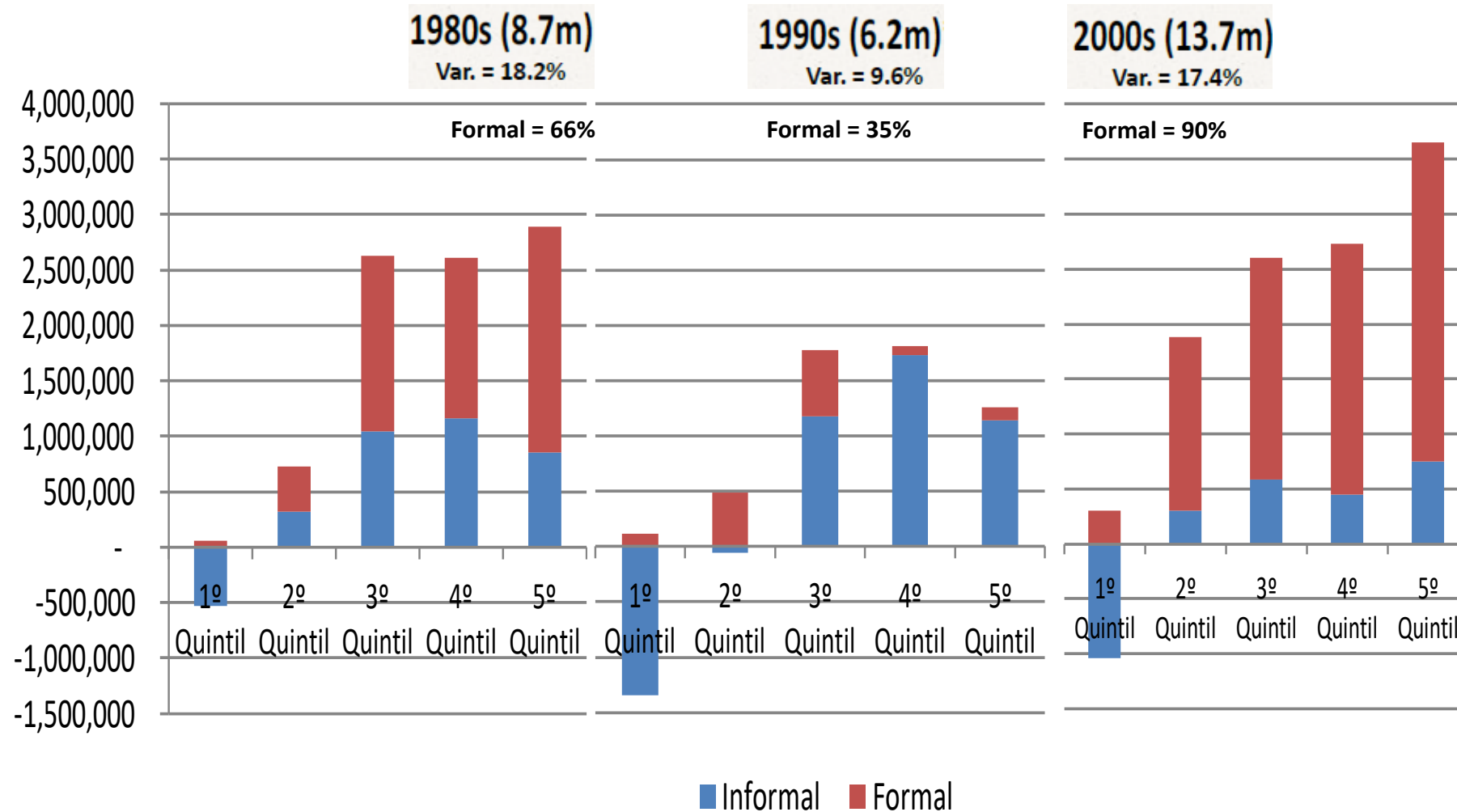
Luiz C. Bresser-Pereira
Brazil's 36 years-old
quasi-stagnation
and the interest rate-
exchange rate trap.
*Oxford Handbook on the
Brazilian Economy.*
(2017).

Taxa de investimento Brasil, 1960-2013



Emprego e estrutura sócio-ocupacional

Net job creation split in to formal and informal jobs, Brazil: 1980s, 1990s e 2000s



Evolução setorial do emprego no Brasil (1960-2010)

Tabela 1 – Distribuição da força de trabalho, segundo os grandes setores de atividade econômica (em%) – Brasil, 1960-2010

Setores de atividade econômica	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Agricultura, pesca e pecuária	55,2	45,4	30,0	22,8	18,7	11,3
Construção civil	3,3	6,0	7,6	6,7	7,1	8,1
Indústria, mineração e utilidades públicas	10,1	12,8	17,9	16,5	14,4	14,7
Comércio, transporte, comunicação e hospitalidades	14,4	14,9	17,7	20,5	24,3	26,2
Financeiro, imobiliário e negócios	1,7	2,2	5,7	6,6	6,5	9,2
Administração pública e defesa	3,1	4,3	4,4	4,9	5,4	6,0
Educação, saúde e assistência social	2,5	4,4	6,1	8,0	9,7	10,6
Serviços domésticos	4,2	8,3	6,1	6,8	7,7	7,7
Outros serviços	5,5	1,7	4,5	7,2	6,2	6,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

Evolução da estrutura ocupacional (modelo de classes EGP), Brasil (1960-2010)

Tabela 2 – Evolução da estrutura ocupacional, classes EGP (em%)
Brasil, 1960-2010 (inclusive trabalhadores não remunerados)

	Classes EGP	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Var. 1960 a 1991	Var. 1991 a 2010
Não manuais	Profissionais (altos)	1,5	2,4	3,1	3,9	4,8	7,4	2,4	3,5
	Profissionais (baixos)	3,8	5,2	6,0	7,5	9,1	7,0	3,8	-0,5
	Não manuais de rotina (altos)	4,9	7,3	9,2	10,0	9,7	10,1	5,1	0,1
	Não manuais de rotina (baixos)	4,0	5,8	7,6	7,4	10,9	14,6	3,5	7,2
	Proprietários e empregadores	0,8	0,8	1,8	3,1	2,7	2,0	2,3	-1,1
	Empregadores rurais	1,0	0,7	0,7	0,8	0,3	0,1	-0,2	-0,7
	Agricultura de subsistência e trabalhadores rurais autônomos	39,9	33,4	17,6	11,2	12,0	10,4	-28,7	-0,8
Manuais	Técnicos e supervisores do trabalho manual	1,8	2,5	3,4	3,4	3,4	3,3	1,6	-0,1
	Trabalhadores qualificados	17,0	17,7	23,9	24,0	24,3	24,9	7,0	1,0
	Trabalhadores semiquualificados	11,7	12,8	15,4	17,8	17,1	15,9	6,2	-2,0
	Assalariados rurais	13,6	11,3	11,2	10,9	5,8	4,3	-2,7	-6,6
	Não manual	16,0	22,4	28,4	32,7	37,3	41,3	16,7	8,5
	Manual	84,0	77,6	71,6	67,3	62,7	58,7	-16,7	-8,5
	Rural	54,5	45,4	29,5	22,8	18,1	14,8	-31,6	-8,1
	Urbano	45,5	54,6	70,5	77,2	81,9	85,2	31,6	8,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

Acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários

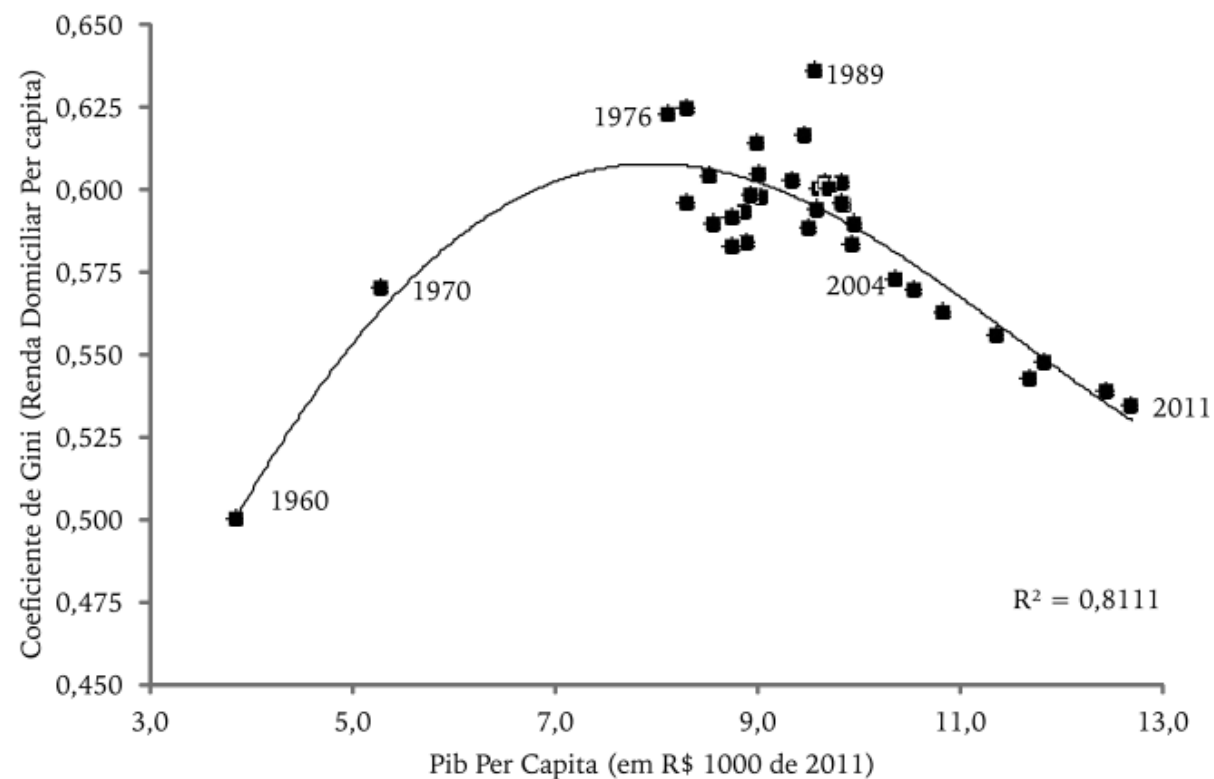
Tabela 3 – Proporção do emprego formal, segundo as classes ocupacionais EGP (em %) Brasil, anos selecionados das PNADs

Classes EGP	1981	1992	2001	2006	2007	2008	2009	2011
Profissionais (altos)	79	85	76	75	76	76	79	81
Profissionais (baixos)	70	78	68	48	50	50	53	55
Não manuais de rotina (altos)	76	84	76	76	77	77	78	81
Não manuais de rotina (baixos)	60	54	50	58	60	59	62	71
Proprietários e empregadores	89	76	64	63	61	59	61	70
Empregadores rurais	34	27	21	24	28	22	28	30
Agricultura de subsistência e trabalhadores rurais autômos	5	2	2	4	4	3	4	5
Técnicos e supervisores do trabalho manual	85	73	58	63	64	75	73	77
Trabalhadores qualificados	63	50	45	48	49	51	51	55
Trabalhadores semiquualificados	37	35	37	38	38	38	39	43
Assalariados rurais	12	24	27	32	34	36	33	38
Total	46	43	43	46	47	48	50	55

Fonte: IBGE, PNADs 1981-2011. Tabulações especiais do CEM.

Desenvolvimento e desigualdade no Brasil

Gráfico 1 – Relação entre desenvolvimento e desigualdade de renda
Brasil, 1960-2011



Fonte: IpeaData; IBGE, PNAD, 1976-2011. Tabulações especiais do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

Gráfico 1. Percentual da renda total apropriado pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos – Brasil, 2006/2012

Marcelo Medeiros, Pedro H. G. F. de Souza e Fábio A. de Castro (2014) O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012

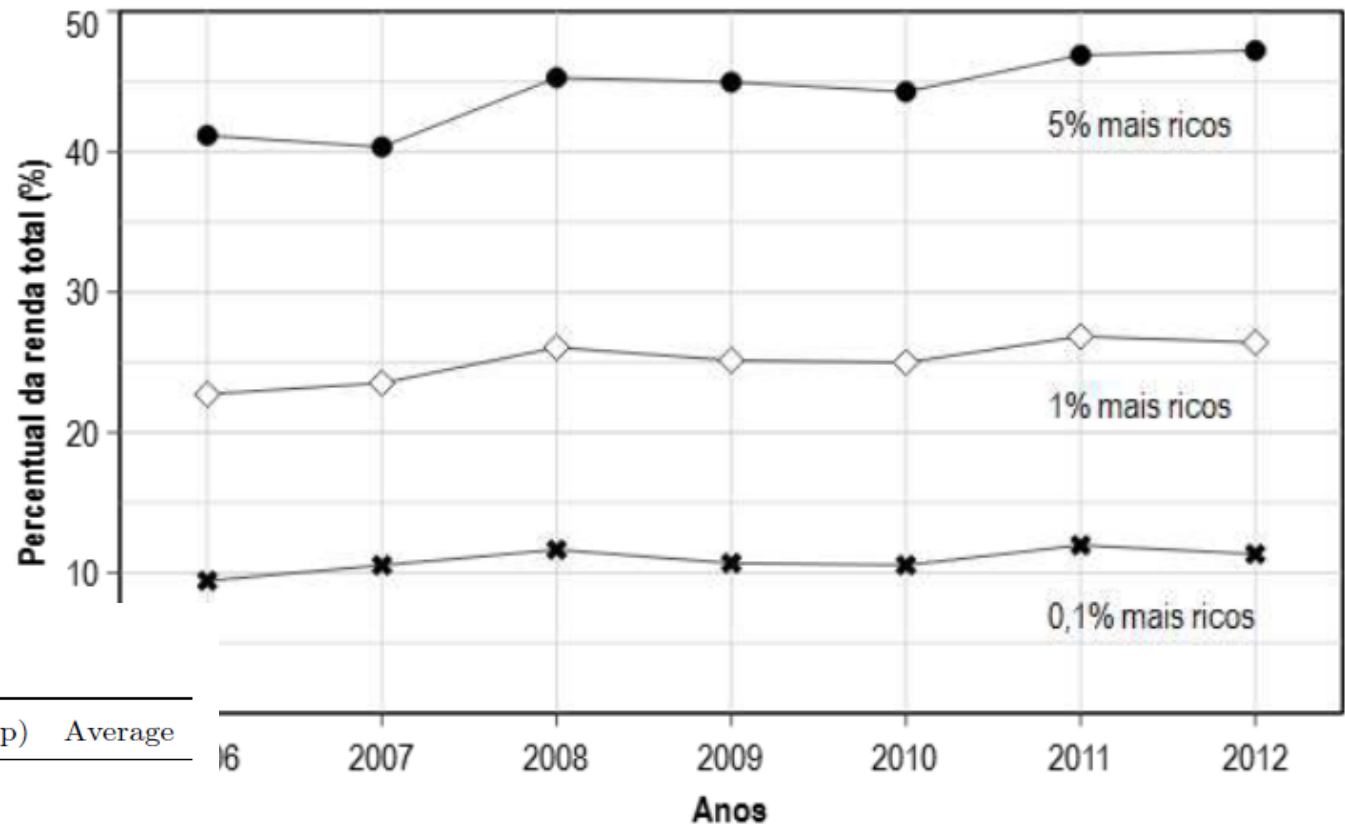


Table 1: Top income shares in Brazil – 2006–2012 (%)

Top income shares	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ (pp)	Average
INCOME TAX DATA									
Top 1%	22.8	23.6	26.0	24.0	23.3	24.0	24.4	1.6	24.0
Top 5%	41.3	40.5	45.2	42.9	41.3	41.9	43.7	2.4	42.4
Top 1%–5%	18.5	16.9	19.2	18.9	18.0	17.9	19.2	0.8	18.4
SURVEY DATA									
Top 1%	14.8	14.4	14.0	14.1	n/a	13.6	14.0	-0.8	14.2
Top 5%	35.7	35.0	34.2	33.9	n/a	33.0	32.8	-2.9	34.1
Top 1%–5%	21.0	20.6	20.1	19.8	n/a	19.4	18.8	-2.2	20.0

Source: Medeiros, Souza and Castro (2014b), updated with new GDP estimates (see footnote 1 above).

Notes: The PNAD is not carried out in Census years such as 2010. The Top 1% and the Top 1%–5% shares might not always sum up exactly to the Top 5% due to rounding.

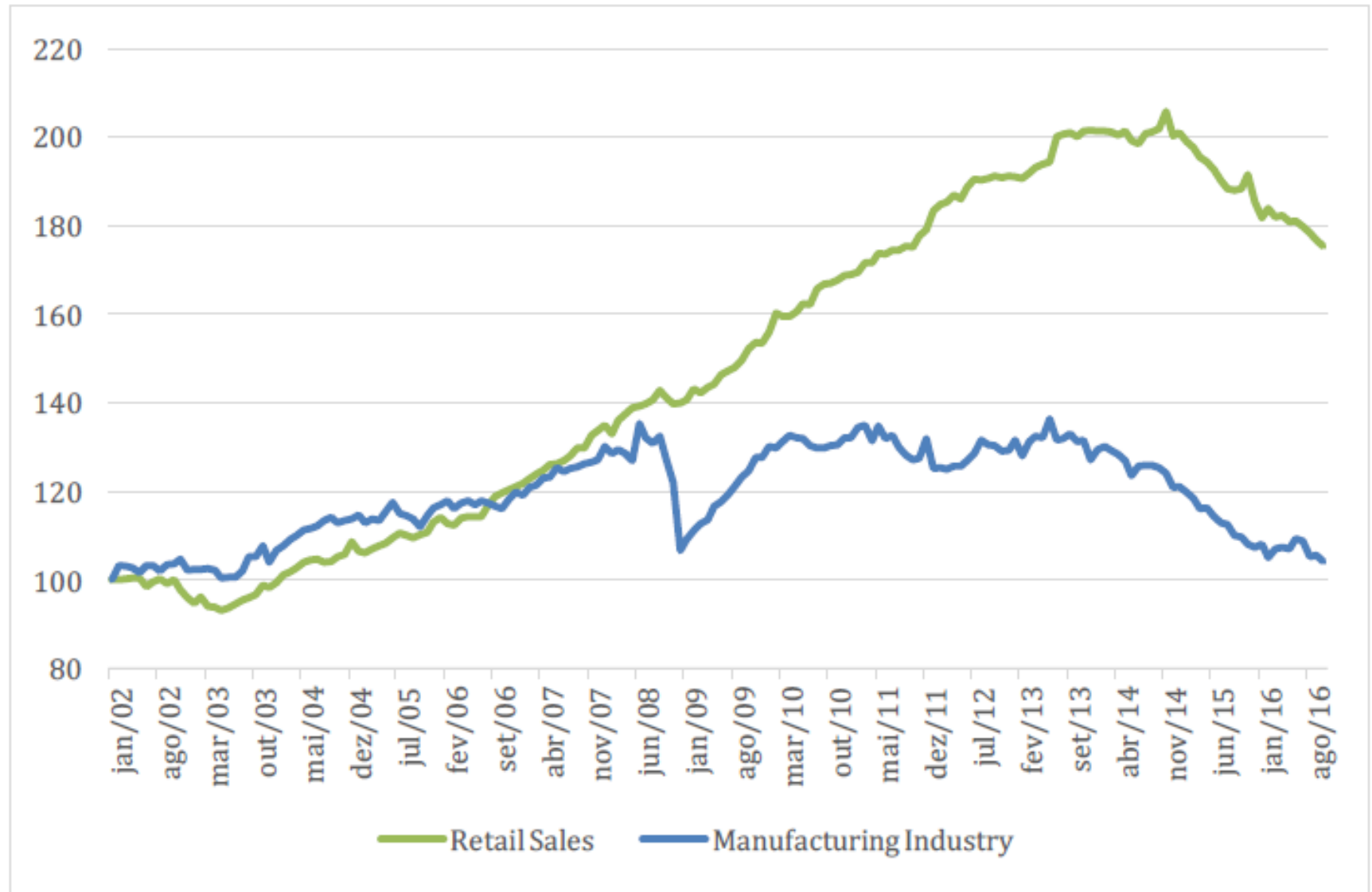
Fontes: IRPF – DIRPF 2006 a 2012; População – IBGE, projeções de população; Renda das famílias – estimada a partir dos dados do IBGE.

Tendências importantes

- Esvaziamento e empobrecimento no campo; persistência da concentração da terra;
- Alcance limitado da indústria e especialmente do emprego industrial de maior qualificação; declínio e estagnação relativa nas últimas décadas;
- Persistência do emprego doméstico e das ocupações ambulantes;
- Crescimento das ocupações profissionais (especialmente nas áreas sociais, com grande peso do estado)
- Crescimento de ocupações de rotina em serviços (escriturários, atendentes, secretárias), comércio (vendedores, representantes e televendas) e hospitalidades (garçons, cozinheiros, arrumadeiras);

Desindustrialização : qual desenvolvimento?

**Figure 3: Physical production of the manufacturing industry and retail sales:
2002-2012 (January 2002 = 100)**

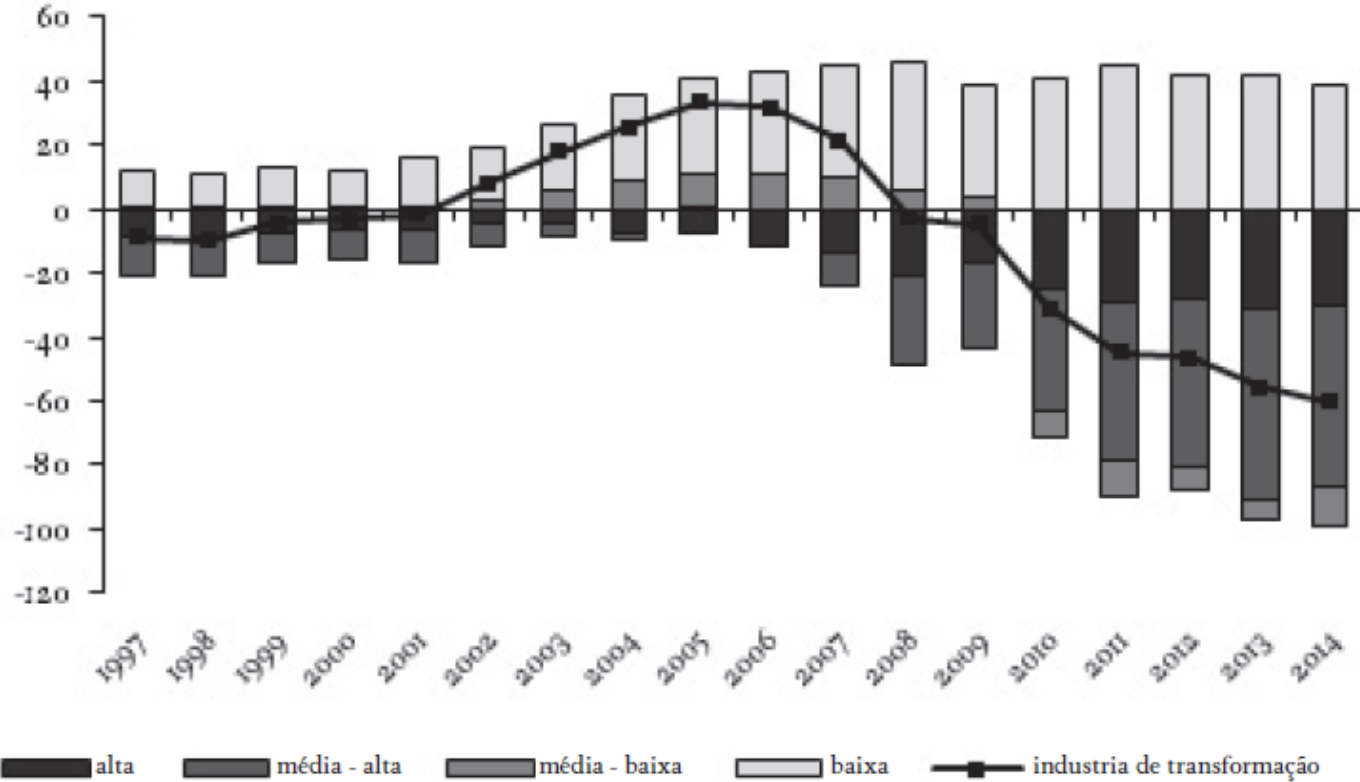


Source: IBGE – Monthly Industrial Survey and Monthly Retail Survey. Observ: seasonal adjustment.

Descolamento
entre produção
e consumo

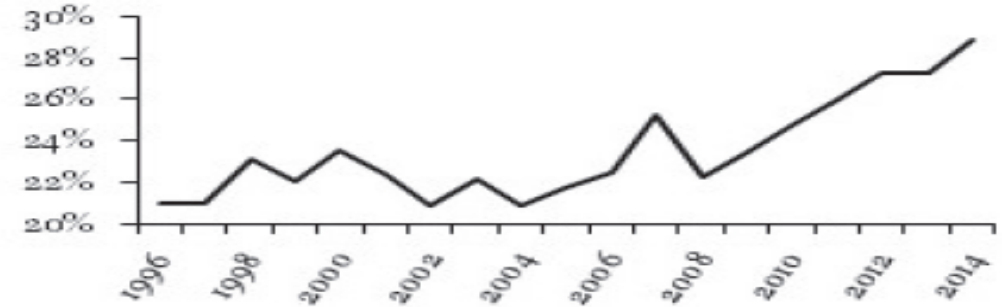
Luiz C. Bresser-Pereira
Brazil's 36 years-old
quasi-stagnation
and the interest rate-
exchange rate trap. *xford
Handbook on the
Brazilian Economy.*
(2017).

Gráfico 8. Balança comercial da indústria de transformação (US\$ bilhões)



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração própria.

Gráfico 3. Coeficiente de insumos industriais importados na Indústria de Transformação (preços correntes)*



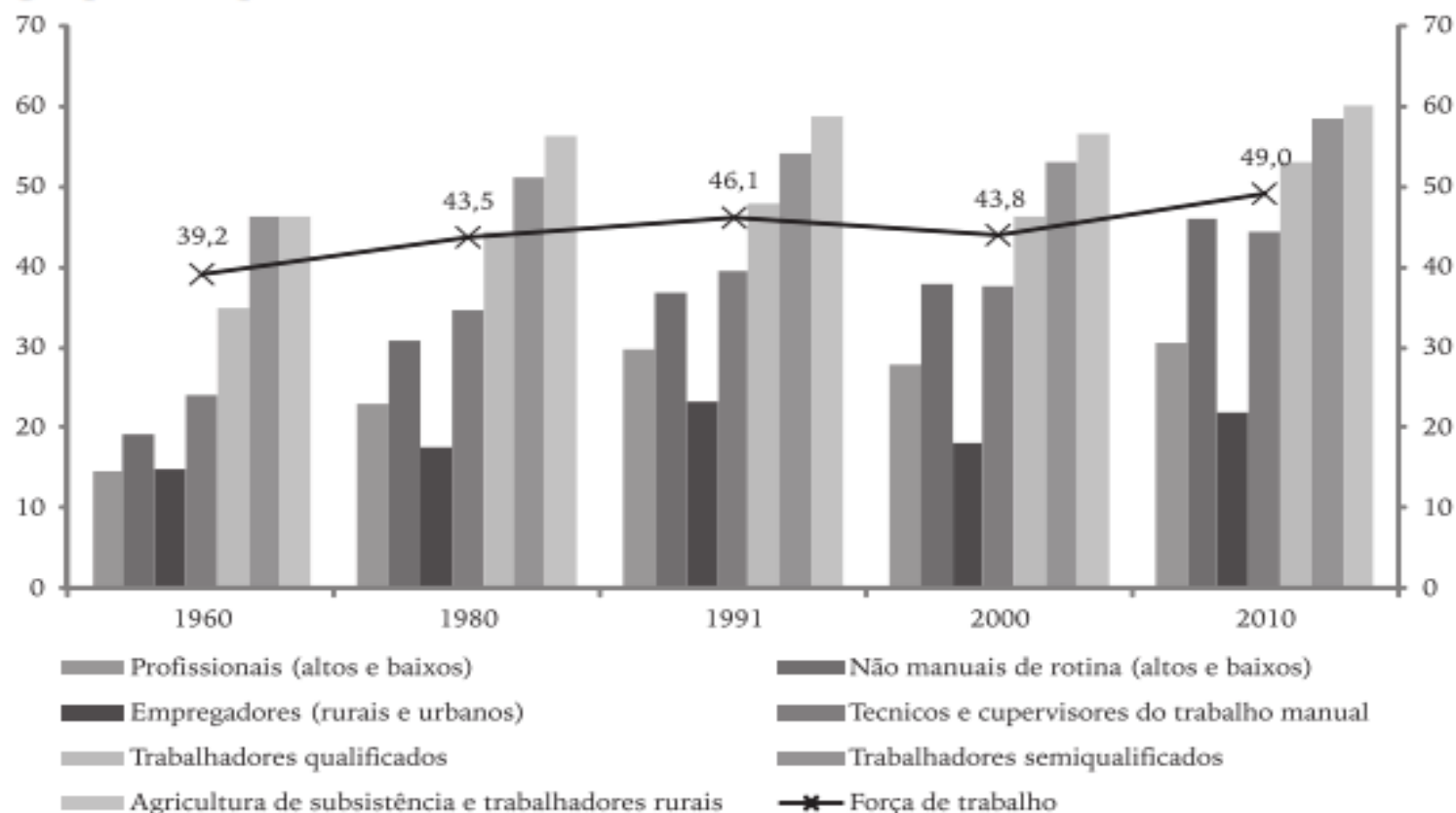
Fonte: CNI. Elaboração própria.

* Os valores destacados referem-se ao mês de janeiro do ano subsequente.

Fonte: **Maurício Espósito** Desindustrialização no Brasil: uma Análise a partir da perspectiva da formação nacional. Revista Da Sociedade Brasileira De Economia Política, 46 /janeiro 2017– abril 2017.

Segregação ocupacional, por cor

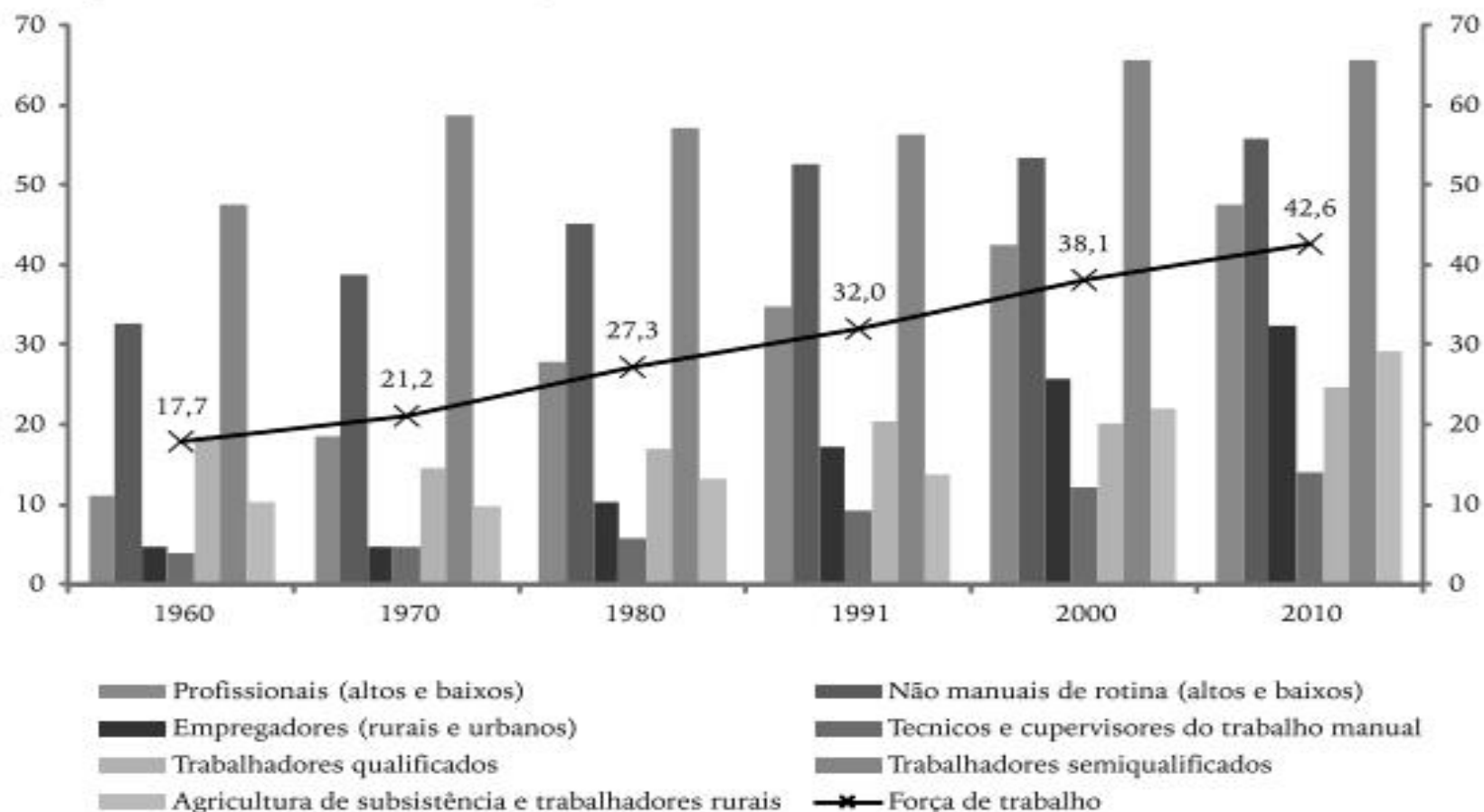
Gráfico 3 – Participação de não brancos na força de trabalho, segundo grupos ocupacionais EGP – Brasil, 1960-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

Segregação ocupacional, por sexo

Gráfico 4 – Participação feminina na força de trabalho, segundo grupos ocupacionais EGP – Brasil, 1960-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

Table 12. Composition of selected Latin American countries' imports from China (%)

	Chile		Mexico		Paraguay		Peru	
	06	11	06	11	06	11	06	11
Food and live animals	0	1	1	1	0	0	1	1
Beverages and tobacco	0	0	0	0	0	0	0	0
Crude materials except food and fuel	0	0	0	0	0	0	1	1
Mineral fuels, lubricants and related materials	0	0	0	0	0	0	1	0
Animal and vegetable oils and fats	0	0	0	0	0	0	0	0
Chemicals products	4	5	3	4	6	6	9	7
Manufactured goods classified chiefly by material	17	18	10	10	4	8	23	23
Machinery and transport equipment	33	41	69	70	74	62	45	50
Miscellaneous manufactured goods	45	35	15	13	17	24	21	19
Commod. & transacts. Not class. Accord. To kind	0	0	2	2	0	0	0	0

Source: Author's calculations, based on United Nations Statistics Division.

Table 11. Composition of selected Latin American countries' exports to China (%)

	Argentina		Brazil		Chile		Peru	
	06	11	06	11	06	11	06	11
Food and live animals	3	4	2	4	5	3	21	17
Beverages and tobacco	0	2	1	1	0	0	0	0
Crude materials except food and fuel	44	73	70	75	57	34	69	68
Mineral fuels, lubricants and related materials	26	7	10	11	0	0	4	1
Animal and vegetable oils and fats	19	9	1	2	0	0	0	0
Chemicals products	2	2	3	1	1	1	0	1
Manufactured goods classified chiefly by material	6	2	8	3	36	61	4	12
Machinery and transport equipment	0	0	5	2	0	0	0	0
Miscellaneous manufactured goods	0	0	0	0	0	0	0	0
Commod. & transacts. Not class. Accord. To kind	0	0	0	0	0	0	0	0

Source: Author's calculations based on United Nations Statistics Division.

